



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Estado testa escola integral

Colégios. Secretaria da Educação implantará projeto experimental em 30 colégios (Notícias do Dia, Cidades, p. 7)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 4/7/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidades	Data: 4/8/11
Assunto: Estado testa escola integral		Página: 7

Estado testa escola integral

Colégios. Secretaria da Educação implantará projeto experimental em 30 colégios

MÔNICA FOLTRAN
monica@noticiasdodia.com.br
@monicaf_ND

FLORIANÓPOLIS — Para reverter a evasão escolar entre estudantes de 14 a 17 anos nas escolas catarinenses, o governo anuncia a implantação do ensino médio integral na rede pública do Estado. O objetivo é, segundo o secretário de Educação, Marco Tebaldi, dar mais qualidade à educação e manter alunos nas escolas. A intenção é aplicar a mudança no próximo ano em pelo menos 30 escolas catarinenses, sendo três delas na Grande Florianópolis.

“Queremos que os alunos tenham mais atrativos para se manter na escola e tenham um currículo mais adequado”, destaca Tebaldi. Para atender a demanda, professores estão sendo capacitados e escolas serão adaptadas. A expectativa é aumentar a oferta de vagas e formar alunos mais preparados em disciplinas como inglês, informática, noções de empreendedorismo, além de estarem prontos para o mercado de trabalho.

Segundo o secretário, a ideia é embrionária, e equipes técnicas visitam as escolas nas prefeituras que têm uma predisposição a aderir à municipalização do ensino fundamental. “Com a municipalização poderemos aproveitar o espaço nas escolas assim como também os professores”, destaca Tebaldi.

Na terça-feira, Tebaldi esteve no Instituto Estadual de Educação, um dos fortes candidatos na Capital para receber o projeto. O governo negocia com instituições privadas e públicas parcerias para disponibilizar aos alunos da rede pública cursos técnicos profissionalizantes.

Futuro.
Além das 30 escolas, outras dez unidades estão com obras sendo licitadas, com previsão de conclusão até o fim de 2012. Outras 20 estão sendo solicitadas ao MEC



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidades	Data: 4/8/11
Assunto: Estado testa escola integral		Página: 7



Expectativa. Estudantes na saída do Instituto Estadual de Educação, um dos candidatos a receber o programa

●●● **SERVIÇO**
●●● **Ensino médio integral**

INÍCIO: 2012

Previsão de implantação em 30 escolas no Estado

- aulas durante todo o dia
- intensificar a formação em disciplinas como inglês, informática, empreendedorismo e ensino técnico profissional

Projeto deve abranger 30 mil estudantes

O programa foi aprovado pelo governador Raimundo Colombo e começa a ser aprofundado. Por enquanto, a Secretaria de Educação não fez um levantamento de custos para implantação do programa e não definiu as primeiras cidades a receber o projeto. A previsão é que no próximo ano 30 mil alunos sejam beneficiados.

Os estudantes do último ano do ensino médio terão reforço escolar com professores universitários. O secretário de Educação informa que

alunos do terceiro ano da rede estadual de ensino devem receber aulas de reforço preparatórias para o vestibular. A parceria com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) vai disponibilizar as aulas extras, que devem começar no fim de agosto.

O secretário destaca que a medida é por conta do atraso no currículo escolar em virtude da greve de professores. "É importante que os alunos tenham um reforço para que ninguém fique prejudicado".



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Opinião	Data: 4/8/11
Assunto: Educação em tempo integral		Página: 6

Educação em tempo integral

A ideia não poderia ser melhor. Oferecer educação em período integral aos alunos do ensino médio, que teriam também acesso a conteúdos que os preparassem para uma atividade profissional, pode ser a solução para a defasagem de qualidade que afeta a educação pública em Santa Catarina. Este é um projeto que o governo do Estado começa a trabalhar agora para aplicação a partir de 2012, em parceria com as prefeituras, que passariam a responder apenas pela educação fundamental.

O ensino em tempo integral é uma tendência mundial e tem muitos defensores entusiastas no Brasil, embora a sua aplicação ainda esteja longe de atender a uma parcela significativa do alunado. Com ele, será possível tirar as crianças, adolescentes e jovens das ruas e também deixá-los em segurança, uma vez que muitos ficam em casa durante parte do dia enquanto os pais estão no trabalho. Outra intenção é reduzir a evasão escolar, um problema que atinge as faixas etárias mais altas e põe a perder parte do alto investimento público em educação.

Nos 30 estabelecimentos em que o projeto será implantado, em sua fase inicial, será possível dimensionar em que medida esse objetivo é exequível. O reforço do ensino do inglês e da informática também tende a manter os alunos mais próximos da vida escolar. Não menos importante será a melhoria de conteúdo visando ao vestibular, um sonho de muitos jovens que almejam chegar à universidade. O que espera a sociedade – e sobretudo os alunos, pais e professores – é que a iniciativa seja levada a sério, a partir de um planejamento consequente, e que possa ser ampliada nos próximos anos.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidades	Data: 4/8/11
Assunto: Escola Celso Ramos, Deputados dão prazo de transferência		Página: 7

ESCOLA CELSO RAMOS

Deputados dão prazo de transferência

FLORIANÓPOLIS — O destino da escola Celso Ramos, no Centro da Capital, deu mais um passo ontem. A Assembleia Legislativa aprovou a transferência do imóvel e as instalações do colégio ao município de Florianópolis. A decisão foi tomada na sessão de ontem.

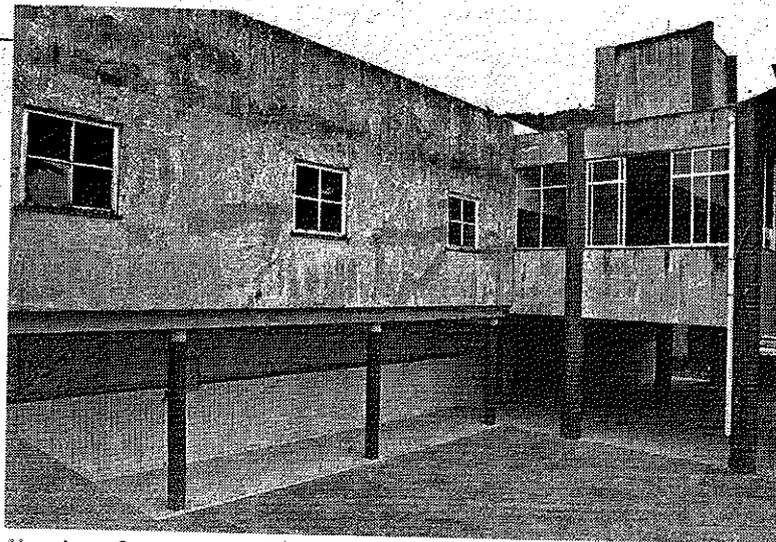
De acordo com o relator do projeto, deputado Amauri Soares, os parlamentares fizeram todo esforço para aprovar o projeto o mais breve possível.

O projeto recebeu emenda na Comissão de Finanças e Tributação, estipulando o prazo de seis meses para a prefeitura instalar a unidade de educação infantil. Caso contrário, o imóvel volta ao governo do Estado.

Por causa da mudança no texto original, o projeto voltou a ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que acatou a emenda. Agora, para virar lei, o projeto precisa receber a sanção

do governador Raimundo Colombo. A creche vai beneficiar famílias das comunidades do Maciço do Morro da Cruz e da Prainha, na região central da Capital.

A escola Celso Ramos havia sido cedida à própria Assembleia, que chegou a ocupar o colégio com a transferência de móveis. A comunidade da Prainha e morro do Mocotó reagiu contra. O governo do Estado voltou atrás e decidiu transferi-la ao município.



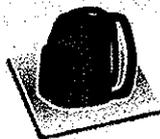
Abandonado. Se a prefeitura não ocupar prédio em seis meses precisa devolver



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 4/8/11
Assunto: Escola		Página: 10

Escola



Fim da novela. Os deputados aprovaram, ontem, a cessão do prédio da Escola Celso Ramos, da Prainha, para a prefeitura da Capital. O imóvel havia sido repassado à Assembleia para abrigar a área administrativa, mas por pressão dos moradores do Maciço do Morro da Cruz o Legislativo voltou atrás.

A comunidade quer a construção de uma creche. Mas atentem para uma emenda: a prefeitura terá seis meses para adequar as instalações ou o prédio retorna ao Estado.

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 4/8/11
Assunto: Prova 1/Prova 2		Página: 7

CONCURSO PÚBLICO

Prova 1

O Instituto Federal de SC (IF-SC) abriu processo seletivo para contratar três professores substitutos para Chapecó, Florianópolis e Joinville.

CONCURSO PÚBLICO

Prova 2

As inscrições ao IF-SC estão abertas até 17 de agosto e devem ser feitas pessoalmente nos três campi. A inscrição tem custo de R\$ 15.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 4/8/11
Assunto: Provas do Enem, Liminar proíbe acesso a provas		Página: 34

PROVAS DO ENEM

Liminar proíbe acesso a respostas

Uma liminar do Tribunal Regional Federal reverteu, ontem, a decisão da Justiça Federal em Brasília que determinava o acesso individual dos candidatos às provas corrigidas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A decisão anulada liberava o acesso dos estudantes aos cartões de respostas, provas objetivas e às redações digitalizadas. O recurso contra a decisão inicial foi feito pela AGU (Advocacia-Geral da União).

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 4/8/11
Assunto: Aula de vida		Página: 3

AULA DE VIDA



O pessoal da escola básica Lauro Müller, que atende deficientes auditivos em Floripa, lança no sábado, dia 6, a campanha Doe Vida, sobre a importância da doação de medula óssea. Desenvolvido pela galerinha do próprio colégio, o material também traz informações sobre a leucemia e como ser um doador. Acesse www.eebmlibras.blogspot.com e confira o vídeo protagonizado pelos alunos. A campanha conta com o apoio do Hemosc e deste humilde colunista.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Geral	Data: 4/8/11
Assunto: Escola na Capital, Teto desaba durante a aula		Página: 30

ESCOLA NA CAPITAL

Teto desaba durante aula

A aula do 2º ano do ensino médio acontecia normalmente, na manhã de terça-feira, na Escola de Educação Básica Henrique Stodiek, no Centro da Capital, quando um susto paralisou as atividades.

Parte do forro da sala desabou, deixando cair pedaços de concreto e pedras. Segundo alunos, um pedaço caiu muito perto da professora.

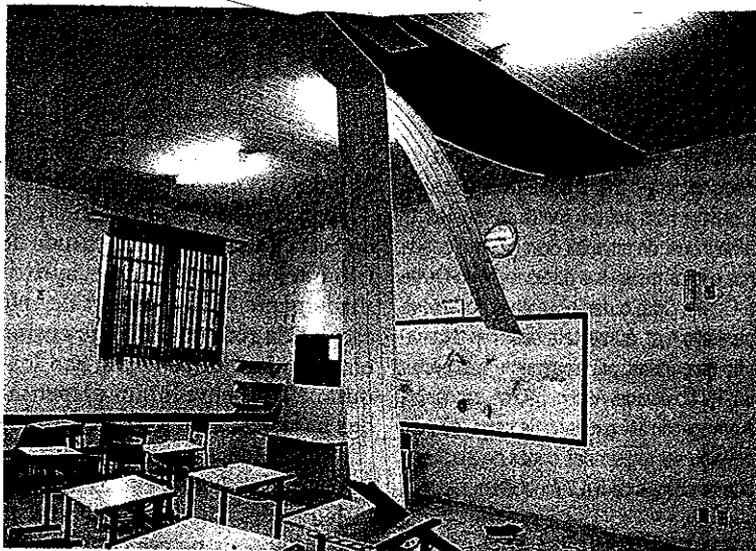
– Foi por pouco, bem pertinho mesmo – disse uma aluna à RBS TV.

Uma funcionária, que preferiu não se identificar, afirmou que a causa do incidente foi o material deixado sobre o forro na última reforma, em 2006. A situação é semelhante no auditório e na biblioteca, que tem goteiras.

Mas a maior reclamação é sobre a quadra de esportes, que não é coberta, e os alunos ficam sem Educação Física quando chove.

– A escola vai fazer 100 anos em breve. O mínimo que poderia ser feito é a cobertura deste espaço – disse a funcionária.

O gerente de infraestrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, engenheiro José Lino Capistrano, afirmou que os reparos emergenciais na sala de aula devem ser feitos ainda hoje. O forro pode ser substituído, já que foi constatado que a estrutura é frágil.



Pedras e pedaços de concreto caíram e quase atingiram a professora



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Geral	Data: 4/8/11
Assunto: Aulas são suspensas na Serra de SC		Página: 29

Aulas são suspensas na Serra de SC

Pela terceira vez só neste inverno, as aulas das escolas públicas foram suspensas em alguns municípios da Serra Catarinense em virtude do frio intenso. Ontem e hoje, aproximadamente 3,6 mil alunos de sete escolas da rede estadual de ensino em Bom Jardim da Serra, São Joaquim e Urupema foram dispensados para ficar em casa.

Em São Joaquim, a rede municipal estendeu a suspensão até sexta-feira, e as atividades voltarão ao normal apenas na próxima segunda, dia 8, para os 1,7 mil alunos das 14 instituições de ensino mantidas pela prefeitura. Nas três escolas particulares da cidade as aulas continuam normalmente.

A medida é tomada pelas autoridades municipais e estaduais já há vários anos, sempre que a meteorologia prevê dias de frio intenso na região. O objetivo maior é preservar a saúde dos estudantes, já que muitos moram no interior e precisam levantar bem cedo e caminhar alguns quilômetros para esperar o ônibus escolar.

– Não existe uma lei para isso, mas a dispensa dos alunos nestes casos é praticamente obrigatória, tamanho o sofrimento a que estão expostos sob baixíssimas temperaturas – explica a gerente regional de Educação, Rita de Cássia Jesus.

– O Estado está realizando um le-

vantamento para instalar no próximo ano aquecedores com controle remoto em todas as salas de aula das 11 escolas estaduais da região de São Joaquim, o que beneficiaria quase sete mil estudantes nos municípios de Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema.

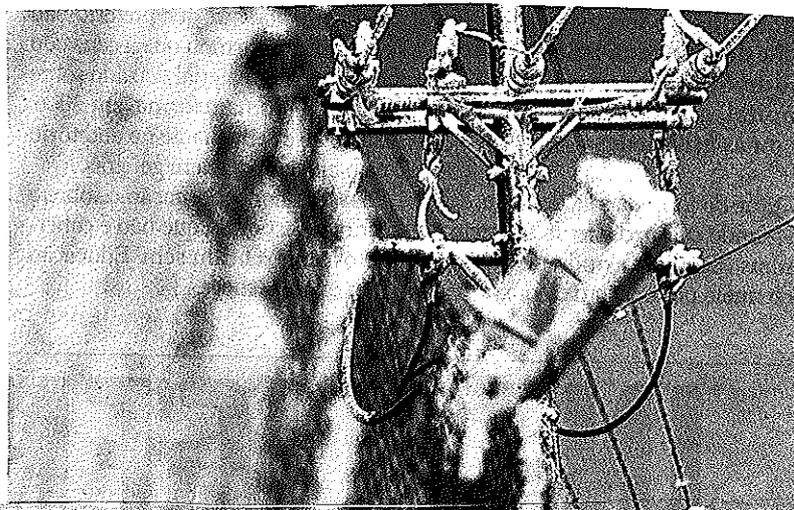
Já a alimentação dos alunos, durante o inverno, deverá ter o reforço do frescal, carne típica da região,

além do pinhão e da substituição de sucos por chás, sopas ou achocolatados quentes. A gerência regional de educação pedirá sugestões aos secretários municipais sobre como e quando repor as aulas suspensas ontem e hoje, mas não havendo uma proposta concreta, uma justificativa do motivo da suspensão será encaminhada à secretaria estadual, solicitando que a reposição ocorra aos sábados no mês de novembro.

RITA DE CÁSSIA JESUS
Gerente regional de Educação

“

Não existe uma lei para isso, mas a dispensa dos alunos nestes casos é praticamente obrigatória, tamanho o sofrimento a que estão expostos sob baixíssimas temperaturas.



Frio é tão rigoroso que o gelo se forma sob praticamente qualquer superfície, como nas cerca e fios elétricos



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Cidades	Data: 1º/8/11
Assunto: Terrenos para novas escolas do Estado		Página: 23

CESSÃO DE ÁREAS

Terrenos para novas escolas do Estado

JOINVILLE – O termo de cessão de uso de um terreno público no bairro Vila Nova para o governo do Estado foi assinado sexta-feira pelo prefeito Carlito Merss. No local será construída uma escola pública estadual para atender a alunos do ensino médio, uma das carências do bairro. O imóvel tem 10.240,00 m² e fica na rua Rudolf Baumer, dentro do loteamento Parque Residencial 15 de Novembro.

Segundo Carlito, a Prefeitura de Joinville vai liberar quatro terrenos para o governo do Estado construir novas escolas de ensino médio. Além da área no Vila Nova, já foram liberados espaços públicos no Morro do Meio e no Boehmerwald e será cedido um terreno no Aventureiro. As obras das escolas serão gerenciadas pela Secretaria de Estado de Educação.

O prefeito Carlito Merss lembrou o compromisso de eliminar o turno intermediário em Joinville. Ele destacou que os números baixaram de mais de três mil alunos matriculados em 2009 para menos de 600 em 2011.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 4/8/11
Assunto: Mais de 40% dos alunos das universidades federais são das classes C,D e E		Página: online

Mais de 40% dos alunos das universidades federais são das classes C, D e E

Cerca de 43% dos estudantes das universidades federais são das classes C, D e E. O percentual de alunos de baixa renda é maior nas instituições de ensino das regiões Norte (69%) e Nordeste (52%) e menor no Sul (33%). É o que mostra pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que foi lançada ontem (3), sobre o perfil dos estudantes das universidades federais.

De acordo com a Agência Brasil, para a Andifes, o resultado do estudo, que teve como base 22 mil alunos de cursos presenciais, desmistifica a ideia de que a maioria dos estudantes das federais é de famílias ricas. Os dados mostram, entretanto, que o percentual de alunos das classes mais baixas permaneceu estável em relação a outras pesquisas feitas pela entidade em 1997 e 2003.

Segundo o presidente da Andifes, João Luiz Martins, as políticas afirmativas e a expansão das vagas nas federais mudaram consideravelmente o perfil do estudante. A associação avalia que se não houvesse as políticas afirmativas, o atendimento aos alunos de baixa renda nessas instituições teria diminuído no período.

Martins destaca que se forem considerados os estudantes com renda familiar até cinco salários mínimos (R\$ 2.550), o percentual nesse grupo chega a 67%. Esse é o público que deveria ser atendido – em menor ou maior grau – por políticas de assistência estudantil. A entidade defende um aumento dos recursos para garantir a permanência do aluno de baixa renda na universidade. “Em uma família com renda até cinco salários mínimos, com três ou quatro dependentes, a fixação do estudante na universidade é um problema sério”, diz Martins, que é reitor da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

O estudo identifica que 2,5% dos alunos moram em residência estudantil. Cerca de 15% são beneficiários de programas que custeiam total ou parcialmente a alimentação e um em cada dez recebe bolsa de permanência.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 4/8/11
Assunto: Cursos de licenciatura abre 30 mil vagas para docentes da rede pública		Página: online

Cursos de licenciatura abrem 30 mil vagas para docentes da rede pública

Professores em exercício na rede pública de educação básica podem realizar pré-inscrições para cursos de licenciatura presenciais até 10 de setembro. Cerca de 30 mil vagas para cursos que terão início no primeiro semestre de 2012 serão oferecidas pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor Presencial.

O Parfor Presencial é uma ação organizada e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para atender os objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. O objetivo principal do Parfor é garantir aos professores em exercício na rede pública uma formação acadêmica exigida pela lei de diretrizes e bases da educação nacional, bem como promover a melhoria da qualidade da educação básica.

Para isso são ofertados diferentes cursos: de primeira licenciatura, para professores em exercício na rede pública da educação básica sem formação superior; de segunda licenciatura, para professores em exercício na rede pública da educação básica, há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial, e formação pedagógica, para professores em exercício na rede pública da educação graduados mas não licenciados.

Distrito Federal – Uma das novidades dessa rodada de pré-inscrições é a participação inédita do Distrito Federal, que recentemente aderiu ao plano. O DF possui cerca de 800 professores que atuam nas escolas públicas, sem formação adequada para lecionar.

Além do DF, serão oferecidos cursos em 23 estados da federação. Piauí e Sergipe não dispõem de vagas nesta edição. Para saber quais as instituições de ensino superior, cursos e número de vagas estão sendo ofertados, bem como realizar sua pré-inscrição, os professores devem acessar a Plataforma Freire, sistema informatizado do MEC para gestão da formação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Após esse período, as pré-inscrições deverão ser validadas pela secretaria de educação estadual ou municipal à qual o professor em exercício estiver vinculado, no período de 11 de setembro a 8 de outubro.

Dúvidas sobre o Parfor Presencial podem ser esclarecidas pelo telefone 0800 616161, opção 7, ou por meio do Fale Conosco.

Clipping

CNTE

Alunos de duas escolas ganham três mil bicicletas

- ✧ Data: 04/08/2011
- ✧ Veículo: CLICABRASÍLIA
- ✧ Editoria:
- ✧ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Alunos de duas escolas do Recanto das Emas serão beneficiados com três mil bicicletas escolares. O Programa Caminho da Escola: Bicicleta Escolar no DF é executado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) para fornecer aos estudantes um meio de transporte não poluente e ao mesmo tempo saudável. "Além de ser um elemento de discussão sobre a mobilidade urbana do DF", explica o secretário-adjunto da SEDF, Erasto Fortes.

Os colégios Centro de Ensino Médio 804 (CEM 804) e Centro de Ensino Médio 111 (CEM 111) serão as primeiras instituições de ensino a receberem o projeto, mas ainda não há data definida.

Para a contemplação, é necessário que os alunos tenham mais de 14 anos e que morem na distância de, no mínimo, 500 metros da escola e, no máximo, sete quilômetros. "O Recanto das Emas foi a cidade escolhida, pois já existe uma malha de ciclovia. A cidade é plana e o percurso de uma ponta a outra não passa de sete quilômetros".

Clipping

CNTE

03/08/2011 - MEC proíbe sindicatos, ONGs e universidades corporativas de oferecerem pós-graduação corporativas

> Data: 03/08/2011
> Veículo: R7
> Editoria:
> Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O MEC (Ministério da Educação) publica nesta quinta-feira (4) novas regras que restringem a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (curta duração). A partir de agora, instituições não educacionais - como sindicatos, ONGs (Organizações não governamentais), conselhos de classe, universidades corporativas e hospitais -, que antes eram autorizadas a oferecer especialização, não receberão mais o reconhecimento do ministério.

Cerca de 400 instituições não educacionais tinham esses cursos e 134 esperavam autorização do MEC para funcionar. A resolução que determinou as mudanças foi elaborada pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e homologada pelo ministro Fernando Haddad.

Notícias de educação e carreiras

Saiba mais sobre o Enem

Saiba mais sobre o Fies

Saiba mais sobre concursos

De acordo com o secretário de regulação e supervisão da educação superior do MEC, Luís Fernando Massonetto, a autorização para funcionamento não indicava que o órgão recomendava aquele curso.

- O que essas instituições buscavam sempre era o carimbo do MEC, transformando o credenciamento da instituição em um aval de qualidade do ministério em relação aos cursos que elas ofereciam. E isso causava sempre um certo incômodo por parte do MEC, porque o fato de você autorizar o funcionamento não significa que chancela o curso, no sentido de indicar que ele seja feito por alguém.

As organizações continuarão podendo oferecer os seus cursos. No entanto, eles serão considerados cursos livres, e não uma pós-graduação. A matrícula e o diploma de especialização serão assegurados aos alunos matriculados nesses cursos até 31 de julho passado.

- O valor da pós-graduação lato sensu é muito dado pelo o que o mercado considera sobre aquele título. Em algumas áreas, o curso livre hoje é mais valorizado do que um de especialização.

Ficam excluídas as chamadas escolas de governo que são criadas e mantidas pelo Poder Público. A saída indicada pelo MEC às instituições não educacionais é transformar o curso lato sensu em mestrado profissional.

Essa modalidade da pós-graduação é gerenciada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e tem um perfil de formação mais voltado para o mercado de trabalho, não sendo necessário ser uma instituição educacional para oferecê-la. Esses cursos deverão ser submetidos aos processo de avaliação do órgão.

Segundo o presidente da Capes, Jorge Guimarães, é melhor que o curso seja avaliado como mestrado do que como curso livre.

- Há a vantagem de ter o acompanhamento e o selo Capes, que têm uma importância muito grande. Os bons cursos lato sensu hoje já têm quase todas as características de um mestrado profissional, com uma ou outra adaptação. É muito mais conveniente que esse curso seja ministrado como mestrado com essa garantia do que ficar como se fosse um curso livre, que não é continuamente avaliado.

No caso da pós lato sensu, para receber o credenciamento especial do MEC, as instituições não educacionais tinham que atender a algumas exigências como carga horária mínima de 360 horas e pelo menos 50% do corpo docente formado por mestres ou doutores. Para criar um mestrado profissional, as regras são diferenciadas.

A resolução da Capes que regula a modalidade fala apenas em "apresentar, de forma equilibrada, corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação."

Clipping

CNTE

03/08/2011 - Mais da metade dos estudantes das universidades federais usam transporte coletivo para ir à aula

» Data: 03/08/2011
» Veículo: O GLOBO ONLINE
» Editoria:
» Assunto principal: ENSINO SUPERIOR

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Plantão | Publicada em 03/08/2011 às 12h32m

Agência Brasil

BRASÍLIA - Cerca de 56% dos alunos das universidades federais utilizam o transporte público para ir à aula. Pouco mais de 18% vão de bicicleta, a pé ou de carona e só 21% usam transporte próprio. Os dados fazem parte do estudo que será lançado nesta quarta-feira pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) sobre o perfil dos estudantes. Os dados coletados em 2010 indicam que as mulheres ocupam a maioria das vagas (53,5%) e três quartos dos alunos têm até 24 anos.

Além de dados socioeconômicos, a pesquisa também traz informações sobre o comportamento e o modo de vida dos estudantes. A casa dos pais é a moradia da maioria (55,5%) dos alunos. Quase 10% vivem em repúblicas estudantis e menos de 7% moram sozinhos. O acesso à moradia estudantil na universidade ou custeada pela instituição ainda é restrito: apenas 2,5% conseguem o benefício.

A internet é a principal fonte de informação dos universitários de instituições federais: 70% utilizam a web para ter acesso às notícias. Menos de 3% leem jornal e 20% dizem que se informam pelos telejornais. Apenas um quarto participa com frequência de atividades artísticas e culturais e mais de 60% nunca participaram do movimento estudantil.

Quase 15% fazem uso frequente do álcool e do tabaco e apenas 6% se declararam usuários de drogas ilícitas. Mais de 47% relataram ter vivido "crises emocionais" no período de 12 meses anterior à coleta dos dados da pesquisa, que se referem a 2010. As dificuldades estão relacionadas, em grande parte, à ansiedade, insônia, depressão, timidez excessiva ou a outros problemas que afetam a motivação para o estudo.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/08/03/mais-da-metade-dos-estudantes-das-universidades-federais-usam-transporte-coletivo-para-ir-aula-925053486.asp#ixzz1U3yy8cq6>

© 1996 - 2011. Todos os direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

Clipping

CNTE

03/08/2011 - Testes de matemática devem ser aplicados este mês

- › Data: 03/08/2011
- › Veículo: O POPULAR ONLINE - GO
- › Editoria:
- › Assunto principal: FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Dados indicam que 3,3 milhões de alunos cursam o segundo ano do ensino fundamental em 107,1 mil escolas públicas

Escolas das redes públicas com turmas de estudantes no segundo ano (alfabetização) do ensino fundamental recebem, até a metade deste mês, a Provinha Brasil de matemática. A exemplo da provinha de língua portuguesa, que o MEC distribui desde 2008, a aplicação desta provinha não é obrigatória.

Dados da Secretaria de Educação Básica (SEB) indicam que 3,3 milhões de alunos cursam o segundo ano do ensino fundamental em 107,1 mil escolas públicas. A primeira edição da provinha de matemática tem 24 testes de múltipla escolha, que serão aplicados pelo professor em sala de aula ou por coordenador pedagógico definido pela direção da escola. O ministério recomenda que a avaliação seja realizada neste mês.

A partir de 2012, as escolas públicas com classes de alfabetização vão receber as provinhas de língua portuguesa e de matemática no início e no final do ano letivo. Além da provinha impressa, professores, coordenadores pedagógicos e gestores podem consultar a matriz de referência da provinha de matemática que está disponível no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

A realização da Provinha Brasil compreende uma série de atividades que envolvem a SEB, o Inep e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além de parcerias com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). A definição de conteúdos, elaboração dos testes, impressão e distribuição dos materiais são atribuições dos órgãos do MEC. A Undime e o Consed são responsáveis pela mobilização e orientação das escolas em cada rede de ensino.

Clipping

CNTE

PNE: linha do tempo e perspectivas (Artigo)

- ✦ Data: 04/08/2011
- ✦ Veículo: CORREIO BRAZILIENSE - DF
- ✦ Editoria: OPINIÃO
- ✦ Jornalista(s): Mozart Neves Ramos Conselheiro do Todos Pela Educação, membro do Conselho Nacional de Educação e professor da UFPE
- ✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Tamanho da fonte

O Congresso Nacional, ao receber do Ministério da Educação (MEC), em dezembro de 2010, o projeto de lei (PL) do novo Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2011-2020, abriu amplo debate nacional mediante audiências públicas no próprio Congresso, mas também em vários estados da Federação. Para analisar o PNE, o Legislativo instituiu uma comissão especial para dar celeridade ao processo, com o compromisso de não perder a qualidade desejável, contando com o apoio de diversas instituições, entre elas o do movimento Todos Pela Educação e o do próprio MEC.

No texto "Algumas contribuições do Todos Pela Educação ao Plano Nacional de Educação 2011-2020", apresentado ao Congresso Nacional durante as discussões e audiências públicas preparatórias para a Conferência Nacional de Educação (Conae), já se defendia um PNE com poucas metas e focado na educação básica, o que, de fato aconteceu. Sete das 20 metas do PNE têm relação direta com as cinco metas do Todos Pela Educação (acesso, alfabetização, aprendizado, conclusão, investimento e gestão). Por isso, o movimento fez a opção, apesar de identificar a necessidade de aperfeiçoamentos no PL, de não apresentar emendas e, sim, contribuir para qualificar o debate. Isso tem acontecido por meio de posicionamentos públicos, artigos de opinião e participação nas audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O Congresso Nacional deu passo importante ao tomar a decisão de abrir o debate em torno do PNE, pois além de dar mais legitimidade às decisões a serem tomadas, para aperfeiçoar e ajustar o PNE, gerou efetivo processo de mobilização e articulação. Como resultado, quase 3 mil emendas foram apresentadas.

Por seu lado, dois pontos foram muito lamentados durante as diversas audiências públicas. O primeiro, a ausência de um diagnóstico do PNE que expirou (2001-2010); o outro, a falta de um estudo de financiamento necessário à exequibilidade do novo plano proposto. Como consequência, as discussões, em sua maioria, giraram em torno do financiamento: se 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, como recomenda o ministério, ou 10%, seguindo assim a recomendação da Conae. A verdade é que, qualquer que seja a opção, a discussão ficou limitada em função da ausência da projeção do custo relativo às metas a serem alcançadas nos próximos 10 anos. Na última audiência pública, realizada no Senado Federal, em junho, ficou claro que, se não melhorar, também, a gestão do dinheiro destinado à educação, os resultados não serão os esperados.

Com o fim do recesso parlamentar, os trabalhos deverão ser retomados no Congresso e espera-se a apresentação da análise dessas 3 mil emendas. O parlamento vai precisar de muito equilíbrio e habilidade para negociar, inclusive para identificar de onde virão os recursos para fazer face às metas previstas no plano. Mesmo no percentual do PIB recomendado pelo governo, significa colocar R\$ 61 bilhões a mais no sistema. Muitos prefeitos já disseram que não têm de onde tirar esse dinheiro. Existem também outros pontos polêmicos, como a ampliação do número de doutores no ensino superior, o atendimento em creche e a equiparação dos salários dos professores da educação básica com aqueles praticados no restante do mercado de trabalho.

Mas a maior questão que o novo PNE deverá ser capaz de responder é que educação precisamos para o país que queremos. O Todos Pela Educação acompanhará de perto esse debate, promovendo não só articulações em torno do tema, mas, também, discussões sobre questões importantes que podem contribuir para acelerar a melhoria da qualidade da educação no Brasil nos próximos anos, especialmente por meio da realização do congresso internacional Educação: uma agenda urgente, a ser realizado em setembro próximo, em Brasília, reunindo instituições e especialistas nacionais e internacionais. Estamos diante de importante momento para a educação no país. Precisamos unir esforços para avançar.

Clipping

CNTE

Controle da verba para Ensino é tívio (Editorial)

- ✦ Data: 04/08/2011
- ✦ Veículo: O GLOBO
- ✦ Editoria: OPINIÃO
- ✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A União acertou, no segundo governo Lula, ao chamar para si a responsabilidade de coordenar a melhoria do ensino básico do país, até então preso à norma que deixava por conta de estados e municípios, cada um com suas particularidades de uma Federação de proporções continentais, a atribuição de elaborar seus respectivos planos educacionais. O MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e ampliou-se a abrangência do antigo Fundef, transformando-o no atual Fundeb, para tratar de todo o ciclo básico - da creche ao ensino médio. Em 2007 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), importante instrumento de avaliação da qualidade de cada escola, de cada rede de ensino, e também um indicador para a aplicação dos recursos distribuídos pelo Fundo.

Se é acertado o sistema, infelizmente ele é operado com tívios instrumentos de controle. Daí erros, equívocos ou atos de má-fé provocados quase sempre pela esperteza de gestores na ponta por onde os recursos efetivamente chegam à rede escolar. Pode-se ter uma ideia da maneira torta com que são feitos os repasses a partir do quadro de distribuição das verbas no Estado do Rio, como mostrou reportagem do GLOBO no fim de semana. Dos mais de R\$1,7 bilhão remetido em 2010 pelo Fundeb às 92 prefeituras fluminenses, quase metade (47%) beneficiou municípios nos quais os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo (Caas), exigidos por lei, não existem ou, criados, estão em situação irregular no MEC. Em algumas cidades a irregularidade é ampliada pela inexistência do Plano Municipal de Educação, responsável pela fixação de metas e diretrizes para o setor e também uma exigência legal.

Levantamento da Comissão de Educação da Alerj alinha casos indefensáveis. Em Magé, por exemplo, o Tribunal de Contas apontou superfaturamento na compra de merenda para os alunos. Em Queimados, apesar dos repasses, faltam professores, e as refeições escolares estão limitadas a arroz, feijão e angu. São situações que não deixam margem de dúvida: os recursos do Fundo são usados sem controle efetivo. Não é difícil imaginar como tal leniência alimenta mecanismos de desvio, para propósitos alheios aos da Educação, do dinheiro que deveria ser empregado na melhoria da qualidade do ensino. Pior: os casos relatados pela Alerj dizem respeito a municípios de um estado onde, ao menos em tese, os órgãos de fiscalização, como o TCE, são mais atentos a ações de malversação de verbas públicas. A realidade é certamente mais sombria em estados e cidades desguarnecidos de instrumentos de monitoramento mais bem equipados.

Há um consenso na sociedade de que um ensino público de qualidade é objetivo estratégico para o país. Nos últimos anos, deram-se passos importantes

Clipping

CNTE

03/08/2011 - UNE e OAB divergem em audiência sobre fim do Exame da Ordem

✧ Data: 03/08/2011
✧ Veículo: TV CÂMARA
✧ Editoria: CÂMARA HOJE
✧ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
[Veja o vídeo/audio da matéria](#)

Tamanho da fonte

O exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem índices baixíssimos de aprovados: menos de 15% em todo o País. Diante desses resultados, os estudantes pedem o fim do exame, necessário para o exercício da profissão. Mas a OAB nem cogita essa possibilidade. O tema, que foi parar no Supremo Tribunal Federal, foi debatido em uma acalorada discussão na Comissão de Educação da Câmara. Ana Chalub - repórter Tiago Ventura - vice-presidente da UNE Dep. Domingos Dutra (PT-MA) Paulo Roberto Wollinger - diretor do MEC Marcos Vinícius Furtado Coêlho - conselheiro nacional da OAB